



O planejamento do território popular em situações de conflito: temporalidades desconexas

Simone Aparecida Polli e Amíria Bezerra Brasil

Simone Aparecida POLLI 

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DEAAU) e Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PPG-PGP); simonep@utfpr.edu.br

Amíria Bezerra BRASIL 

Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Centro de Tecnologia; Departamento de Arquitetura e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo; amiria.brasil@ufrn.br

POLLI, Simone Aparecida; BRASIL, Amíria Bezerra. O planejamento do território popular em situações de conflito: temporalidades desconexas. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, e 694, jun. 2026

data de submissão: 20/04/2026

data de aceite: 15/06/2026

DOI: 10.51924/revthesis.2026.v11.694

Contribuição de autoria: Concepção; Coleta de dados; Metodologia; Redação – rascunho original; Redação - revisão e edição: POLLI, S. A.; BRASIL, A. B. Análise: POLLI, S. A.

Conflitos de interesse: As autoras certificam que não há conflito de interesse.

Financiamento: Planejamento e Assessoria em Contexto de Conflito: insumos para políticas públicas territoriais - 2023 - em andamento. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Uso de I.A.: As autoras certificam que não houve uso de inteligência artificial na elaboração do texto.

Editores responsáveis: Isis Pitanga e James Miyamoto.



Resumo

Este artigo discute o papel do tempo nas experiências de extensão vinculadas ao planejamento dos territórios populares em contexto de conflito, considerando a curricularização da extensão nos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, a partir de duas experiências: o Coletivo Habitat Popular (C-POP / LABHABITAT / Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN) e do Laboratório de Urbanismo e Paisagismo (LUPA / Universidade Federal Tecnológica do Paraná - UTFPR). A questão balizadora da investigação é: Como a multiplicidade dos tempos pode impactar na forma e nos métodos do planejamento nas práticas de assessoria popular em situação de conflito por meio da extensão universitária? O tempo cronológico/acadêmico/universitário tem sido um dos principais desafios ao lidar com a assessoria técnica extensionista, especialmente quando ela acontece a partir da curricularização, sem as condições humanas e materiais necessárias. As experiências mostram como o tempo exerce o papel de controle e regulação nas práticas cotidianas, bem como, por outro lado, as possibilidades estratégicas e táticas que o "ganhar tempo" podem implicar em situações de contexto de conflito. De forma mais ampla, aponta-se a necessidade da desnaturalização do tempo cronológico bem como a valorização da dimensão do presente sem perder de vista o devir/esperança.

Palavras-chave: temporalidades; curricularização da extensão; planejamento popular em situações de conflito; assessoria técnica; habitação social.

Abstract

This article discusses the role of time in extension practices related to the planning of popular territories in conflict contexts, considering the curricularization of extension in Architecture and Urbanism undergraduate courses, based on two experiences: the Coletivo Habitat Popular (C-POP / LABHABITAT / Federal University of Rio Grande do Norte - UFRN) and the Laboratório de Urbanismo e Paisagismo (LUPA / Federal Technological University of Paraná - UTFPR). The guiding question of the investigation is: how can the multiplicity of times impact form and methods of planning in popular assistance practices in conflict situations through university extension? Chronological/academic/university time has been one of the main challenges when dealing with extension technical assistance, especially when it occurs through curricularization, without the necessary human and material conditions. Experiences have shown how time plays a role in controlling and regulating daily practices, as well as, on the other hand, the strategic and tactical possibilities that "saving time" can imply in conflict situations. More broadly, it indicates the need to denaturalize chronological time and to value the dimension of the present without losing sight of the future/hope.

Keywords: temporalities; curricularization of extension; popular planning in conflict situations; technical assistance; social housing.

Resumen

Este artículo discute el papel del tiempo en las experiencias de extensión vinculadas a la planificación de los territorios populares en contexto de conflicto, considerando la curricularización de la extensión en los cursos de grado en Arquitectura y Urbanismo, a partir de dos experiencias: el Coletivo Habitat Popular (C-POP / LABHABITAT / Universidad Federal de Rio Grande do Norte - UFRN) y el Laboratorio de Urbanismo y Paisajismo (LUPA / Universidad Federal Tecnológica de Paraná - UTFPR). La cuestión orientadora de la investigación es: ¿Cómo puede la multiplicidad de los tiempos impactar en la forma y en los métodos de planificación en las prácticas de asesoría popular en situación de conflic-

to por medio de la extensión universitaria? El tiempo cronológico/académico/universitario ha sido uno de los principales desafíos al tratar con la asesoría técnica extensionista, especialmente cuando ocurre a partir de la curricularización, sin las condiciones humanas y materiales necesarias. Las experiencias muestran cómo el tiempo ejerce el papel de control y regulación en las prácticas cotidianas, así como, por otro lado, las posibilidades estratégicas y tácticas que "ganar tiempo" puede implicar en situaciones de contexto de conflicto. De forma más amplia, se señala la necesidad de desnaturalizar el tiempo cronológico, así como la valorización de la dimensión del presente sin perder de vista el devenir/esperanzar.

Palabras-clave: temporalidades; curricularización de la extensión; planificación popular en situaciones de conflicto; asesoría técnica; vivienda social.

Introdução

Esse artigo parte da experiência das autoras com extensão universitária em Arquitetura e Urbanismo em duas universidades distintas: a Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Também apoia-se nas pesquisas denominadas "Planejamento e Assessoria Popular em Conflitos Urbanos e Territoriais no Brasil" e "Planejamento e Assessoria em Contexto de Conflito: insumos para políticas públicas territoriais", financiadas pelo CNPQ, das quais participam também pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade do Ceará (UFC) e Universidade de São Paulo (USP).

O artigo trabalha com o pressuposto de que o planejamento estatal, entendido como a materialização da ação da esfera pública na mediação entre os agentes que disputam a cidade, não tem dado conta da construção de uma cidade mais justa e na redução das desigualdades sociais. A frase cunhada por Francisco de Oliveira, a partir da expressão de Roberto Schwarz (1973) e usada por Ermínia Maricato (2000) das "ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias" ao falar do planejamento urbano no Brasil, aponta para os deslocamentos e desconexões entre o planejamento institucional, feito pelo Estado, e a realidade socioespacial das cidades. O planejamento urbano instituído, especialmente atrelado aos interesses dos grupos hegemônicos, negligencia os anseios e necessidades dos cidadãos e deixa de garantir direitos coletivos. Como consequência, emergem grupos sociais que desafiam esta lógica e são forçados a buscar formas de se emancipar e garantir seus direitos e sua representatividade na produção da cidade e nas políticas públicas.

Desde os anos 1970, experiências nacionais e internacionais de assessoria técnica e de planejamento popular, insurgente ou alternativo, em situação de conflito social no Brasil foram acionadas como repertório de ação política em conflitos territoriais o que têm questionado as formas tradicionais de se planejar o território. Neste artigo, a definição do planejamento conflitual aproxima-se ao do planejamento insurgente de Faranak Miraftab (2009) com três características básicas: (i) as práticas insurgentes, contra e anti hegemônicas (sentido de desestabilizar uma ordem normativa estabelecida, anticapitalistas), (ii) transgressivas (transgressão de tempo, lugar e ação) e (iii) imaginativas (descolonização do futuro). No caso do planejamento conflitual, ações, métodos e resultados são guiados pela emergência dos casos devido a remoções, megaeventos ou processos de renovação urbana.

Os tempos e os ritmos específicos dos processos de planejamento produzidos fora do Estado em sua imersão nos conflitos sociais é o que justifica a noção de planejamento conflitual, nos referindo aos casos emergenciais e à própria natureza do conflito. Os conflitos são definidos

como confrontos ou litígios, manifestos ou não, relativos às condições de vida urbana, que reivindicuem reconhecimento ou incidam sobre a produção e/ou consumo da cidade, opondo pelo menos dois agentes sociais. (Faria; Polli; Russo, 2020, p. 4-5)

Cabe diferenciar que a emergência da situação condiciona o método de elaboração, protagonismo dos sujeitos da ação, conflitos internos e repertórios acionados. Uma situação é trabalhar com um plano para a Vila autódromo (ameaçada de remoção pelos jogos olímpicos no Rio de Janeiro); ou mesmo a reconstrução de um assentamento pós incêndio; e, outra bem distinta são os planos produzidos pelos moradores, com recursos, numa situação em que estão muito menos pressionados pela emergência, com metodologia, apoiadores, tempo e o cuidado devido. Norbert Elias (1998), dentre outros, aponta que o tempo cumpre várias funções na regulação e controle da ação social e da política dentro da cidade. Múltiplas camadas de temporalidades enfatizam que as lutas urbanas e processos sociais se desdobram em diferentes ritmos ou mesmo na falta deles, em tempos precários.

Desta forma, a pergunta orientadora do artigo é: Como a multiplicidade dos tempos pode impactar na forma e nos métodos da assessoria técnica para o planejamento popular em situações de conflito por meio da

extensão universitária? E como a extensão universitária pode contribuir para o planejamento do território popular em situações de conflito a partir de experiências de assessoria técnica, considerando o contexto da curricularização da extensão?

O artigo estrutura-se, a partir de duas reflexões: (i) o que significa extensão nas universidades públicas brasileiras, tratando em especial os casos de assessoria técnica, seus produtos e trabalhos no âmbito da Arquitetura e Urbanismo e (ii) os desafios da extensão universitária, em especial as dimensões da temporalidade inscritas na ação comunitária. Pretende-se olhar como essas dimensões aparecem nos casos concretos de assessoria popular por meio da extensão universitária na UTFPR e UFRN. E por fim, analisar os entrelaçamentos entre os casos, suas conexões e desconexões, visando inserir a temporalidade como uma dimensão importante ao pensar a extensão universitária.

1. Ao falar de extensão universitária, a que nos referimos?

Em 2018, a partir da Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - PNE, meta 12.7, regulamentada pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018) (Brasil, 2014; 2018), tornou-se obrigatório que os currículos dos cursos de graduação ofertassem 10% de carga horária de extensão universitária em relação às horas totais do curso e, para tanto, passassem por uma revisão de seus projetos pedagógicos de cursos, processo intitulado curricularização da extensão. O contexto que permeou essa mudança na grade curricular dos cursos de graduação era de precarização das universidades públicas, principalmente durante o governo de Jair Bolsonaro, em que as universidades receberam muito poucos recursos, que foram investidos basicamente no pagamento das despesas básicas de energia, água e segurança. Somou-se a isso a pandemia da COVID-19 e a impossibilidade de desenvolvimento de trabalho de campo, devido às medidas de saúde pública.

Nas universidades brasileiras, a compreensão do que é extensão é bastante variável, então, apesar da Lei Nacional e da Resolução do CNE, cada universidade definiu seu escopo de possibilidades para as atividades extensionistas, que variavam desde ações assistencialistas, ou prestação de serviços da universidade, até ações com dimensão transformadora. Aqui apresentamos experiências que cabem nessa última abordagem, numa perspectiva emancipadora, crítica e em situações de conflito.

Os currículos universitários nos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil estão sobrecarregados de projetos arquitetônicos formais, de grande porte, voltados ao mercado, sendo uma disputa a concepção de novas alternativas que se aproximem das demandas populares. No momento de inserção da curricularização da extensão, no novo Projeto Pedagógico dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo (UTFPR e UFRN), ampliaram-se a oferta e demanda por extensão, não necessariamente com mais qualidade. A inserção foi obrigatória, sem necessariamente envolver a disponibilização de recursos para suporte aos projetos. Isso fez com que qualquer atividade externa fosse contemplada como atividade de extensão universitária, como por exemplo, equipes de concurso, viagens de formação, visitas de campo, entre outras, pois não há professores e nem recursos suficientes para as atividades demandadas.

Neste artigo, o escopo de trabalho extensionista se dá a partir da assessoria técnica em territórios periféricos, e busca colaborar em todos os âmbitos, especialmente na organização comunitária na luta por direitos de terra e de condições dignas de moradia. Essas atividades permitem maior liberdade e criatividade nas práticas de ensino e extensão, testando novas metodologias, como é o caso do emprego do método da “educação popular”, preconizado por Paulo Freire (2020). Para tanto, as atividades envolvem uma gama ampla de ações: (i) Discussão, organização e mobilização popular; (ii) Oficinas de mapeamento; (iii) Reuniões com agentes públicos; (iv) Registro e memória das atividades e lutas futuras; (v) Promoção de ações de engajamento social e legitimidade pública (das pautas); (vi) Busca por saídas/alternativas consensuadas; (vii) Audiências de conciliação; (viii) Resposta a processos judiciais; (viii) Projetos de novas obras, reformas e orçamentos.

Os grupos aqui apresentados têm desenvolvido assessoria técnica para coletivos comunitários ou movimentos populares, que planejam seus próprios territórios quando em situações de conflito, a partir de diversas ferramentas, sejam de resistência às tentativas de remoção, sejam de qualificação urbana ou rural. Esses conflitos por vezes são promovidos pelo próprio Estado, em projetos “de cima para baixo”, outros se dão a partir de entes privados, especuladores imobiliários ou fundiários, e em outros casos, são provocados pelos próprios movimentos sociais, na tentativa de abrir espaços de diálogo com o poder público: espaços tomados (Tanaka, 2017).

Dentre essas ferramentas estão: planos populares, cartografias sociais, estudos de viabilidade, contra-laudos etc. Entretanto, há muitos desafios que se colocam, em especial quando a assessoria técnica se dá a partir da universidade, e aqui nos colocamos como parte da universidade pública.

Apresentaremos, então, alguns desses desafios a partir das experiências da UTFPR e da UFRN, e desenvolveremos uma reflexão acerca de como o tempo e suas diversas dimensões interferem ou influenciam essas experiências.

2. Desafios da assessoria por meio da extensão universitária: o debate das temporalidades

A reflexão proposta neste artigo parte do princípio de que o tempo impacta na relação entre a universidade e os grupos mobilizados, interferindo nos métodos, nas formas, nos resultados, na mobilização dos grupos e nas práticas sociais.

O (Quadro 1) apresenta alguns autores que colaboram no sentido de desnaturalizar as formas tradicionais de pensar o tempo no Ocidente. E. Evans-Pritchard, na obra "Os Nuer" (1999), escrita em 1940, questiona a universalidade do tempo "moderno" (linear, cronológico) e abre caminhos para pensar temporalidades múltiplas, algo que dialoga diretamente com autores como Norbert Elias (1998) e David Harvey (1996). Evans-Pritchard (1999) revoluciona a forma de interpretar as temporalidades e a ação social, quando a noção de tempo (estrutural e ecológico), é interpretada pelo grupo étnico do Sudão do Sul, como o tempo da prática (e não como medida); o tempo é marcado por atividades concretas; unidades temporais são sequências de ações. Os eventos não são datados por "quando ocorreram", mas por como se conectam socialmente. Assim, o tempo é, nas práticas da vida cotidiana, experiencial, situado, qualitativo e concreto. Esse tipo de tempo nos faz desconstruir as formas tradicionais de pensar e nos coloca que novos imaginários são possíveis. O desafio é a construção nesta outra interpretação de tempo no capitalismo globalizado e nos regimes universitários hierarquicamente constituídos.

Norbert Elias, em sua obra "Sobre o Tempo" (1998), apresenta uma visão sociológica do tempo, afastando-se das concepções puramente objetivistas e da forma convencional de como entende-se o tempo. Para o autor, o tempo é entendido enquanto uma convenção histórica (sequências-modelo de recorrência regular);

uma tecnologia social; um sistema simbólico; um mecanismo de coordenação (disciplina); um dispositivo de poder e controle. Elias (1998) argumenta que a crescente racionalização e controle do tempo são parte do processo civilizador, que também envolve a internalização de normas e a moderação das emoções. Assim, o tempo cumpre funções de orientação e controle do homem diante do mundo e de regulação da convivência humana.

Elias (1998) assim como David Harvey (1996), em "A Condição Pós-Moderna", apontam que o tempo é uma coordenação interligada com múltiplas espacialidades. Essa ideia é melhor desenvolvida por Harvey (1996), ao falar da compressão tempo-espaco e o seu papel na atualidade, para além da aceleração do tempo, mas das mudanças provocadas pelo capitalismo contemporâneo.

Eixo temático	Autores-chave	Ideias centrais	Impactos na extensão universitária
Tempo estrutural	E. E. Evans-Pritchard (Os Nuer, 1999)	Rompe com a ideia ocidental de tempo abstrato, homogêneo e mensurável. Tempo socialmente construído, ligado à organização da sociedade; relacional; Baseia-se nas relações de parentesco e gerações. Tempo como prática (e não como medida); o tempo é marcado por atividades concretas; unidades temporais são sequências de ações. Os eventos não são datados por "quando ocorreram", mas por como se conectam socialmente.	Desnaturalizar as formas tradicionais de pensar o tempo; revoluciona a forma de interpretar a ação social quando do tempo experiencial, situado, qualitativo e concreto. Desafio é a construção nesta outra interpretação de tempo no capitalismo globalizado e nos regimes universitários.
Tempo ecológico	E. E. Evans-Pritchard (Os Nuer, 1999)	Medido pelos eventos naturais recorrentes e pelas práticas da vida cotidiana, o tempo é qualitativo e vivido. Depende de uma relação direta com o ambiente. Tempo é situado (depende do ambiente ecológico, da posição social, práticas).	
Tempo (cronológico na modernidade)	Norbert Elias (Sobre o Tempo, 1998)	Questiona a forma convencional como entendemos o tempo apontando que o tempo não é linear, homogêneo, universalizante. Aposta que o tempo é construído dentro de um processo civilizador; Tempo = coordenação simbólica de múltiplas espacialidades (imbricadas; relacionais); Tempo é uma convenção histórica (sequências-modelo de recorrência regular); uma tecnologia social; um sistema simbólico; um mecanismo de coordenação (disciplina); um dispositivo de poder e controle.	Os trabalhos são normatizados pelos tempos cronológicos; impacto na participação social; cartografia da ação; nos processos e nos resultados das atividades.
Tempo na pós modernidade	David Harvey (A Condição Pós-Moderna, 1996)	Compressão tempo-espaco, aumento do ritmo de vida e das mudanças sociais impulsionado pela tecnologia e pelas transformações econômicas e sociais. Vai além da simples aceleração do tempo, mas de entender as mudanças no capitalismo contemporâneo.	Múltiplas temporalidades coexistentes; redução das formas de interação e democratização; tempo dos financiamentos; Desafia a ação genuinamente democrática pois as transformações emergentes superam a capacidade de deliberação coletiva.

Quadro 1

Sistematização dos autores trabalhados neste artigo, suas ideias sobre o tempo e impactos na reflexão acerca da extensão universitária. Fontes: Evans-Pritchard (1999); Elias (1998); Harvey (1996).

Milton Santos (2004b) também fala do tempo no mundo globalizado. O ritmo das transformações impostas pela globalização tem afetado os territórios menos móveis de forma perversa e desigual, construindo também imaginários de progresso. Santos (2004b) propõe, para isso, uma outra globalização: o mundo como pode ser, mediante uma globalização mais humana. O autor aponta que não cabe, todavia, perder a esperança, porque os progressos técnicos obtidos no fim de século XX reduziram drasticamente as doenças e a mortalidade. Novos meios de comunicação e a possibilidade de apropriação mais democrática desses meios pode ser um caminho viável. O tempo que estamos analisando está inscrito no espaço por meio das ações sociais coletivas, apoiadas pelos trabalhos de assessoria técnica universitária.

O planejamento, apesar de ser frequentemente tratado como uma cartografia de intervenções espaciais, constitui-se também numa disciplina temporal (Laurian; Inch, 2018). O tempo não é apenas um pano de fundo, mas persiste na prática planejadora. O ato de planejar consiste no exercício de escolher estrategicamente um fluxo temporal (curto, médio e longo prazo), especialmente nas decisões de planejamento, por vezes traçando cenários futuros, muitas vezes incertos. Ao reconhecer e trabalhar com a multiplicidade de temporalidades que atravessam a vida urbana, o planejamento pode contribuir para reconfigurar a forma como o tempo é experimentado, distribuído e governado.

Entende-se, também, que o tempo pode se constituir em uma dimensão importante do reconhecimento do momento e do tempo histórico; da memória; da mudança; da identidade; do significado; da organização; do livre-arbítrio; da escolha; da resistência em direção a objetivos (Laurian; Inch, 2018).

Na reflexão sobre o tempo, o planejamento, apesar de se configurar por uma prática que pensa, prepara e trata do futuro, no contexto conflitual lida com o presente, com as urgências e, portanto, resulta em respostas possíveis, utilizando-se de ferramentas diversas a depender de cada caso.

Nesse contexto, o Quadro 2, a seguir procura sistematizar de forma rápida os impactos das diferentes dimensões do tempo no processo de assessoria popular no planejamento conflitual, na relação das ações da universidade com os grupos organizados ou movimentos populares:

Dimensões do Tempo	Tempo e a relação com a ação social	Impacto nas atividades extensionistas
Tempo histórico	Como o contexto universitário, político e econômico tem influenciado no avanço das lutas sociais e nas ações de extensão?	Os impactos são múltiplos, desde a disponibilidade de recursos financeiros e humanos até mesmo das formas de resistência dos grupos e movimentos organizados; A mudança no contexto político (por exemplo) pode significar uma ameaça ou oportunidade dos movimentos e lideranças, adaptando suas ações a essa diversidade de situações.
	Como a trajetória de resistência popular influencia nas ações sociais?	A história de luta e resistência é importante para as conquistas e para a consolidação de reivindicações à longo prazo; (ganhar tempo pode ser uma estratégia de luta social); linhas do tempo são repertórios importantes que valorizam as lutas populares; Ex: ("uma vida de resistência").
Tempo das Narrativas e da Memória	O tempo está inscrito no espaço, por meio das rugosidades (Santos, 2004a); pelo homem lento (Santos, 2004a); pelas narrativas e memórias.	Oralidade e as narrativas como método de construir permanências; o legado de gerações passadas pode inspirar futuras ações; o abrir o "precedente" num processo jurídico; o legado pode moldar a memória coletiva e as narrativas históricas.
O tempo presentificado: o Cotidiano	Como o apagamento cotidiano, o ritmo cotidiano (Lefebvre, 2021), a invisibilidade nos mapas, a negação e apatia do Estado impactam nas lutas sociais?	Métodos tradicionais de planejar alimentam a mobilização/e ou conformismo devido às lógicas da necessidade/fadiga; manter a coesão e a motivação durante períodos prolongados pode ser desafiador, ainda mais em contexto de repressão ou adversidade.
Tempo condensado – emergência	Como o planejamento popular se comporta ao ser guiado pelas urgências? Quais os métodos e práticas que surgem em momentos de exceção?	Por vezes servem para justificar ações truculentas, repressivas por parte do Estado; impulsionam métodos alternativos nas ações comunitárias e dentro da universidade.
Tempo do Devir-Esperança	Como o devir (o esperar) nutre as ações do planejamento popular?	Alimenta a resistência; a mobilização; capacidade de sonhar/pensar novos futuros possíveis; alimenta no presente a ideia de um devir futuro diferente, renovado e melhor. É uma capacidade inerente aos seres humanos (Harvey, 2004).
O tempo idealizado	Como o tempo planejado é impactado pelo acaso e pelos imprevistos?	O planejamento popular se assemelha a uma corrida de obstáculos, muitas delas infundáveis. Nem tudo o que é planejado nos processos de extensão consegue ser executado, pois o direcionamento político e as condições estruturais podem variar ao longo do tempo.

Quadro 2

As dimensões do tempo, a ação social e o impacto nas atividades extensionistas. Fonte: autoral.

Os impactos das dimensões do tempo na extensão universitária são muito e variáveis. O trabalho com grupos marginalizados requer uma dinâmica de adequação de metodologias e ferramentas, de acordo com o tempo com o qual se está lidando. A emergência é uma categoria importante nesses trabalhos, pois deriva das necessidades básicas e termina-se idealizando o tempo de acordo com cada urgência.

3. Metodologia

Quanto a fundamentação teórica, buscou-se uma pesquisa bibliográfica crítica sobre o tempo e temporalidades, que abordasse a relação do tempo associado com o espaço, a desconstrução da forma linear ou objetivista da noção de tempo e os impactos do tempo nas atividades extensionistas.

Quanto a natureza da pesquisa é aplicada, pois visa resolver um problema prático correlacionando as lutas populares com a assessoria técnica extensionista em contexto de conflito social. A abordagem do problema é qualitativo pois discute a trajetória dos encontros e desencontros das experiências de extensão universitária com as múltiplas temporalidades. Quanto aos objetivos a pesquisa é exploratória, pois o tema das temporalidades associado ao espaço ainda é pouco abordado nas pesquisas acadêmicas. Quanto ao método de abordagem tratam-se de dois estudos de caso. Escolheram-se duas experiências extensionistas das quais fazem parte as autoras. Quanto aos instrumentos de coleta de dados, foram trabalhados os observações participantes e pesquisa-ação (THIOLLENT, 2005) por investigarmos práticas desenvolvidas pelas próprias autoras em casos de planejamento conflitual a partir dos grupos extensionistas coordenados por elas. Quanto aos critérios/categorias de análise, destacam-se: (i) vinculação da extensão universitária com movimentos ou grupos organizados; (ii) descrição das reivindicações, os avanços e retrocessos; (iii) principais desafios das lutas populares; (iv) trajetória das lutas destacando as diversas fases, os marcos/momentos significativos das lutas; (v) relação com o estado e as políticas públicas.

Buscou-se ainda construir as trajetórias de lutas das experiências de extensão, destacando momentos chaves, marcos, tempos que tiveram alguma inflexão, com o objetivo de representar graficamente as temporalidades desconexas, os avanços e retrocessos ao longo percurso. Acredita-se que os processos históricos iluminam a realidade atual, permitindo compreender tanto as conquistas quanto os desafios que permanecem. Ao recuperar as experiências de resistência, mobilização e participação social, torna-se possível interpretar criticamente o presente e projetar caminhos para transformações futuras.

A reflexão apresentada neste artigo está inserida nas pesquisas anteriormente citadas que trabalham com análises multicasos de experiências de assessoria técnica desenvolvidas no Brasil e em alguns países da

América Latina e Estados Unidos (Oliveira, 2025). A seguir, apresentaremos duas dessas experiências e como temos lidado com as dimensões temporais, de acordo com cada caso.

4. Casos de assessoria técnica popular extensionista

O caso do LUPA/UTFPR

O LUPA - Laboratório de Urbanismo, Planejamento e Paisagem foi criado em 2012 e está vinculado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UTFPR. Agrega os projetos de pesquisa e extensão universitária na área da ATHIS – Assessoria Técnica de Habitação de Interesse Social, trabalhando em conjunto como assessoria a grupos e movimentos populares organizados.

Esse artigo dará centralidade à assessoria feita às mulheres separadoras de materiais recicláveis, parte Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), as quais moram numa ocupação informal chamada de “Ilha”, em Almirante Tamandaré, município da Região Metropolitana de Curitiba. A área fica às margens do Rio Barigui, a montante do conhecido Parque Barigui. Durante os quase 13 anos de acompanhamento, diversas frentes de extensão universitária se constituíram e foram mudando o foco, conforme as demandas e urgências cotidianas do grupo.

A relação com os/as trabalhadores/as da “Associação de Catadores de Material Reciclável Ilha”, ocorreu por intermédio do CEFURIA, entidade que trabalha com educação popular a partir dos princípios de Paulo Freire. O grupo do LUPA foi contactado em 2013, quando os moradores da Ilha foram ambientalmente criminalizados pelo Instituto Ambiental do Paraná (2010), por separarem o material reciclado em suas casas, às margens do Rio Barigui. A sentença obrigava a pagar multas diárias. Nesta época, tinham o apoio jurídico da ONG Terra de Direitos.

Nesta fase, acirraram-se também as lutas por permanência na área. Em 2014, o projeto acordado foi o da regularização fundiária, para compreender em que medida as normas ou as ameaças constituíam impeditivos para permanência no território. Depois de um grande tempo garimpando informações, mapas e documentos técnicos sobre as cotas de inundação e outras alternativas, chegou-se à conclusão que levar adiante a ideia da regularização não era viável, pois as casas estão em Área de Preservação Permanente

(APP) e dentro das cotas oficiais de inundação (segundo os levantamentos formais e antigos existentes), e se rigidamente tratadas, poderiam sofrer com processos de remoção, apesar dos 35 anos de ocupação da área. Outro fator é que a área está bem localizada, na porção norte de Curitiba, a cerca de 10 km do centro, em uma área de expansão e valorização imobiliária, por condomínios fechados horizontais de luxo.

Outro fator são as inundações, que seguem uma recorrência em torno de quinze anos, mas, ultimamente, têm variado muito. No tempo das chuvas, especialmente no verão, a rotina das mulheres muda completamente. Em dois períodos de eventos extremos, as mulheres foram se abrigar temporariamente no barracão abandonado, que elas mesmas ocuparam para trabalhar na reciclagem. Moradia e trabalho se misturam em meio aos detritos, condições precárias e insalubres, resíduos de reciclagem, pois perderam suas casas e pertences nas cheias do rio. E, assim, se configuram estratégias de recomeço, de enfrentamento dos riscos de novas inundações (subir os móveis do chão, medidas de alerta no rio, pluviômetro) (Lemos, *et al.*, 2015).

As políticas públicas não oferecem alternativas habitacionais adequadas às necessidades do grupo. Inicialmente, procurou-se acessar o MCMV-E, mas este logo foi extinto pelo governo Temer (2016). Então, permanecer na situação atual, conviver com os riscos de inundação, foi alternativa proposta pelos moradores como menos penosa. Mesmo quando existem políticas públicas, elas não se adequam e não acompanham de forma integrada no território as demandas populares por moradia, saúde e renda (Fonte: Tanaka, Coli e Costa, 2023).

Neste período, tinha-se também a necessidade de geração de renda, que as famílias obtinham a partir da reciclagem. Elas reclamavam da baixa qualidade do material coletado pela Prefeitura e descobriram que os garis da empresa terceirizada da prefeitura já subtraíam os resíduos de maior valor. Foi quando a Tecsol – Incubadora de Economia Solidária da UTFPR assumiu as frentes dos trabalhos com as atividades de organização com as mulheres, que haviam ocupado um barracão de uma massa falida. A busca por geração de renda foi cruzada com atuação do Ministério Público do Meio Ambiente e das Secretarias de Meio Ambiente e Urbanismo da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré (PMAT), que tinham condições de atuar mais fortemente, por meio do direcionamento das políticas públicas. A Prefeitura procurou desapro-

priar o barracão ocupado sem sucesso. A PMAT ofereceu, como alternativa para a reciclagem, que não foi a mais adequada para as mulheres, a construção de um novo barracão de reciclagem, que fica distante do local de moradia.

Outra fase emergencial na vila foi o período da pandemia; os projetos de extensão concentraram-se em arrecadar alimentos, remédios e aprimorar as técnicas de cuidado, exigidos pelo momento. Antes da vacina, as trabalhadoras perderam a renda que tinham, pois foram obrigadas a parar com a reciclagem.

Após ventos fortes na região, houve a morte de um dos integrantes da associação, durante uma tentativa de arrumar o telhado. Este momento de muita tristeza mobilizou o grupo para a execução de bazares, para arrecadar fundos para a troca de telhas e a reforma do banheiro precário do barracão ocupado. Foram captados recursos, por meio de editais sociais da cúria metropolitana para a reforma do barracão, que não oferecia a rigidez do título de propriedade para as reformas.

Apenas em 2021, as negociações com a PMAT avançaram, com o indicativo de construção de novo barracão de reciclagem. As atividades extensionistas se concentraram em colaborar no diálogo entre moradores e órgãos públicos, participação em audiências e na elaboração dos estudos preliminares, para o novo barracão de reciclagem. Estratégias de organização, mobilização e reivindicação de políticas públicas fizeram parte deste processo, em mais de dez anos de luta, em torno de uma solução que não foi a que mais atendeu a associação. A espacialização desses eventos encontra-se na Figura 1.

A seguir, destacam-se as ações de extensão promovidas pelo LUPA/UTFPR, que nos permite analisar os entrelaçamentos entre as atividades desenvolvidas e a trajetória do grupo assessorado. A linha do tempo (Figura 2) evidencia momentos marcantes da trajetória coletiva da Associação Ilha, revelando tanto conquistas quanto adversidades que moldaram seu processo de organização e resistência. Entre os acontecimentos mais significativos destacam-se: a ocupação do barracão destinado às atividades de reciclagem; as prolongadas negociações em torno da desapropriação do barracão pertencente à massa falida; a morte acidental de um integrante da Associação; as recorrentes inundações que atingem a vila; os desafios impostos à sobrevivência cotidiana durante a pandemia de Covid-19; a elaboração de planos municipais que pouco





Figura 1

Espacialização dos eventos em Almirante Tamandaré/Região Metropolitana de Curitiba
Fonte: Autoras, 2026.

se converteram em ações concretas para os moradores; e, por fim, a conquista de um novo espaço de reciclagem. Mais do que uma sucessão cronológica de eventos, essa trajetória revela um cotidiano atravessado por disputas, incertezas e sucessivas formas de vulnerabilização, mas também por estratégias permanentes de mobilização em defesa do direito à moradia, ao trabalho e à permanência no território. Ao iluminar os diferentes momentos dessa caminhada, a linha do tempo torna visíveis os sujeitos que a constroem, os afetos, as perdas, os desafios e as conquistas que conformam a experiência coletiva. Trata-se de uma trajetória marcada por obstáculos contínuos, enfrentados frequentemente com recursos limitados e escasso apoio institucional, mas sustentada pela persistência da organização e, de modo particular, pelo protagonismo das mulheres, cuja atuação tem sido fundamental para a manutenção das redes de solidariedade e para a continuidade da luta coletiva.

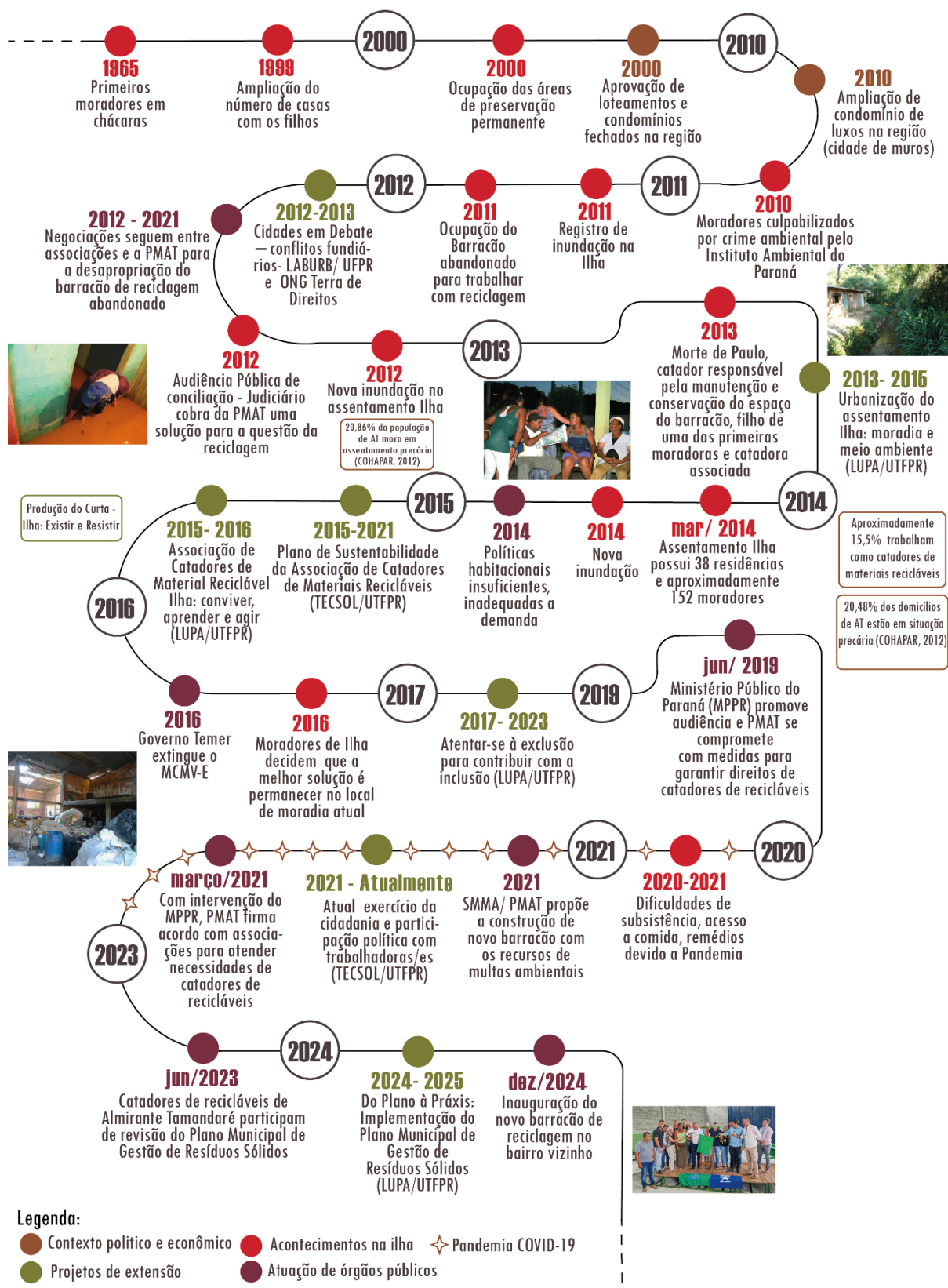


Figura 2
Linha do tempo de eventos em Almirante Tamandaré/Região Metropolitana de Curitiba
Fonte: Autoras, 2026.

O caso do C-POP/UFRN

O trabalho do Coletivo Habitat Popular (C-POP) tem se centrado, dentre outras ações, na assessoria técnica para o Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB), que será tratada aqui.

O C-POP é um projeto de extensão, vinculado ao Departamento de Arquitetura (DARQ) da UFRN, e foi criado em 2024, no momento de inserção da curricularização da extensão no novo Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo (PPC-A6) da UFRN. A intenção era institucionalizar o trabalho de assessoria que o grupo já desenvolvia antes. Algumas atividades tem sido desenvolvidas em disciplinas extensionistas, ou em trabalhos de alunos, mas esses tem tempos limite para acontecerem. O projeto de extensão, por outro lado, tem uma perenidade que permite uma continuidade dos trabalhos desenvolvidos. O que não é possível ser finalizado durante uma disciplina, ou um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) por exemplo, é trabalhado no projeto de extensão.

A aproximação deste grupo com o MLB aconteceu em 2020 (antes de sua institucionalização na UFRN), durante a pandemia de COVID-19. Enquanto era tempo de ficar em casa, de isolamento social, muitas famílias não conseguiam atender essas recomendações. Então, o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), junto com vários parceiros, dentre eles um grupo da UFRN, elaborou o "Dossiê Nacional - O Enfrentamento da COVID-19 nos Territórios Populares: Monitoramento de Violações de Direitos Humanos na Região Metropolitana de Natal" (Clementino et al., 2020). Um dos grupos monitorados foi o MLB.

Desde então, o grupo tem acompanhado o movimento e prestado assessoria técnica para suas ocupações, a partir da extensão. E é a partir daí que a reflexão sobre as questões do tempo se colocam.

O tempo real do encontro era de uma pandemia. Inicialmente a aceleração do mundo diminuiu o ritmo. A maioria das pessoas estava em casa, mas para muitas outras a realidade era diferente. O MLB, então, promoveu a Ocupação Emmanuel Bezerra, em Natal, e começou, a partir disto, uma emergência pela resolução da situação das famílias. A UFRN, via Secretaria do Patrimônio da União (SPU), entrou com um pedido de reintegração de posse. Mas a universidade estava em outro tempo, com suspensão de todas as atividades presenciais, e as atividades extensionistas

suspensas. O movimento, entretanto, esperava a assistência técnica dos grupos da universidade.

Enquanto as famílias esperavam, começou uma mesa de negociação sob mediação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB): SPU, Governo do Estado do RN, Prefeitura do Natal, MLB, assessorias técnicas universitárias e mandatos legislativos parceiros do movimento.

Como resultado da negociação, as famílias foram encaminhadas para a lista do Programa Habitacional Promoradia do Governo do Estado, com recursos federais, para a construção de um conjunto habitacional, num tempo próximo, no tempo da política pública. Enquanto esperavam, as famílias ficariam em um imóvel alugado pela Prefeitura, um galpão de armazenamento de produtos, localizado próximo ao prédio da UFRN.

As famílias foram realocadas para o novo prédio, mas as condições climáticas eram bastante desfavoráveis. O galpão não foi projetado para ser moradia, e os barracos foram improvisados pelos próprios moradores, incluindo as instalações. O grupo extensionista (na época intitulado como Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo - EMAU Maré) foi chamado para ajudar a amenizar as condições de temperatura. Foram feitas propostas de adequação do galpão para amenizar o calor, mas essas não foram executadas, pois o proprietário não quis arcar com as despesas e o movimento não tinha recursos. Além do calor, sempre que chovia muito, devido a problemas no sistema de drenagem da vizinhança, as águas pluviais alagavam o galpão, e, mais de uma vez, as famílias perderam todos os seus pertences.

Em janeiro de 2024, o MLB fez uma nova Ocupação Emmanuel Bezerra, em um outro edifício, dessa vez um imóvel que tinha problemas de propriedade. Este grupo foi chamado e fez uma proposta para melhor distribuição dos barracos no imóvel. Foi feita uma nova negociação com a Prefeitura e Governo do Estado. O tempo da política pública do Promoradia se estendia, pois o Governo Federal havia suspenso o programa e as famílias não conseguiam mais aguardar naquele galpão.

A partir de um novo acordo, as famílias foram realocadas, com o acompanhamento do grupo extensionista, para um prédio de propriedade do Governo do Estado. A Prefeitura não quis mais se responsabilizar pelo cuidado com as famílias. O prédio era utilizado por um órgão da Polícia, e estava vazio há muitos anos. Sua infraestrutura é boa, contém várias salas que estão



Figura 3

Espacialização das Ocupações do MLB em Natal. Fonte: Autoras, 2026.

sendo utilizadas como quartos/casas pelas famílias, e tem banheiros com boas instalações. Além disso, não sofre com as intempéries do tempo. Até hoje, as famílias esperam pelo conjunto habitacional do Promorar, e permanecem no edifício cedido temporariamente pelo Governo do Estado. Um tempo que se estende mais do que o previsto.

Após essa primeira Ocupação, durante a pandemia, aconteceram outras que também temos acompanhado via C-POP. O MLB constituiu a Ocupação Valdete Guerra, localizada no bairro Guarapes, na periferia oeste da cidade. Essa ocupação, por sua localização, não foi questionada até hoje. Para essa, foi ofertada por esta professora uma disciplina optativa extensionista, que desenvolveu um plano de ocupação para o terreno e um embrião para as casas. O trabalho não coube na disciplina e está sendo desenvolvido pelo C-POP e por um TCC de uma aluna do projeto de extensão. Além dessa, o MLB ainda organizou mais duas ocupações na área central da cidade: a Ocupação Palmares e a Ocupação Palestina Livre, mais recente. Essas duas

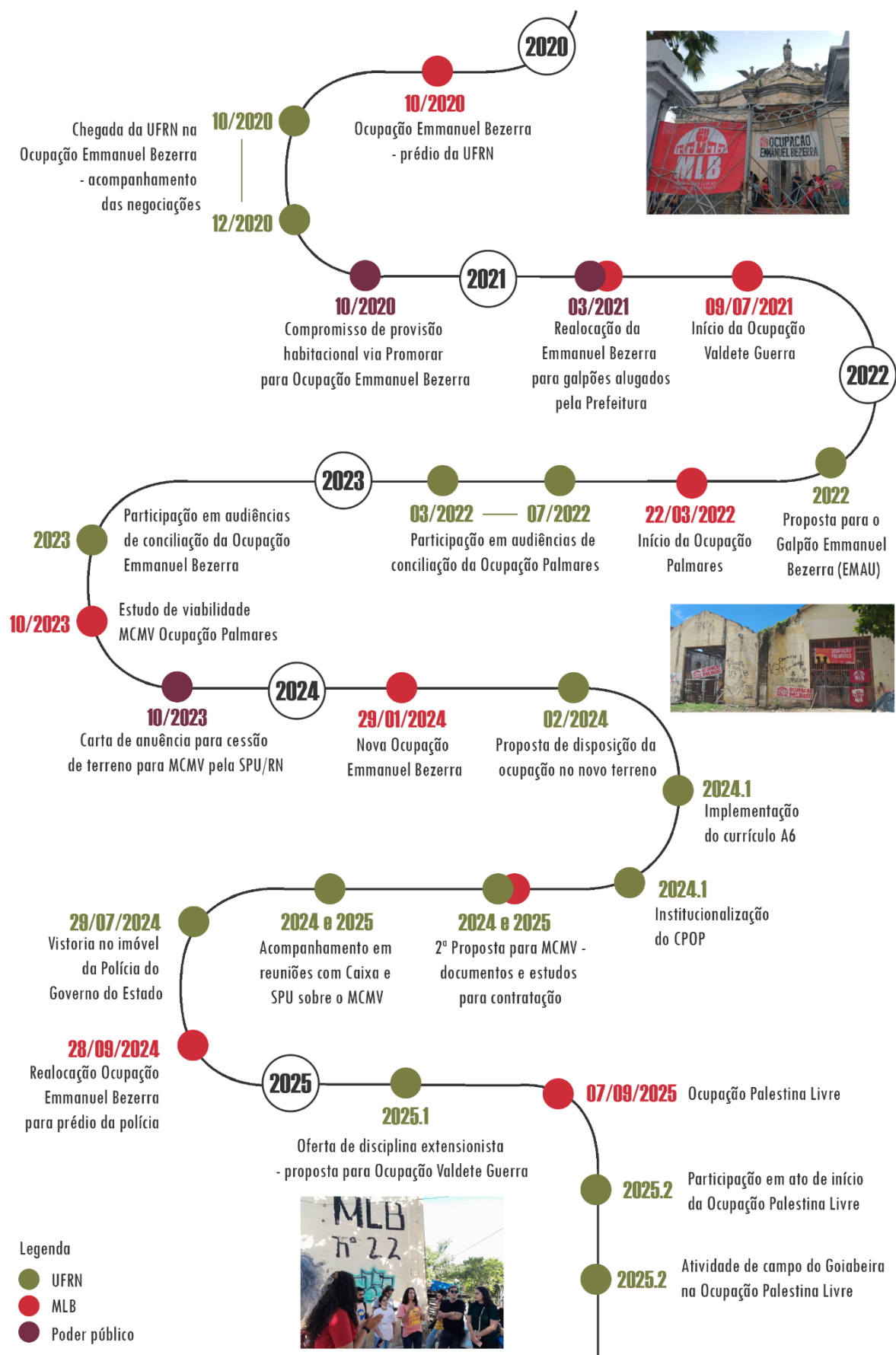


Figura 4
Linha do tempo de eventos em Natal/RN. Fonte: Autoras, 2026.

tiveram pedido de reintegração de posse imediatos, mas que não foram executados e as famílias permanecem nos locais, até hoje (Figura 3).

A linha do tempo (Figura 4) apresentada a seguir ilustra os encontros e desencontros dos eventos no tempo: o tempo das urgências do movimento, o tempo da universidade, o tempo lento das políticas-públicas e o tempo das respostas possíveis.

Durante todo esse período, o grupo etensionista que assessora o MLB, em relação à assistência técnica arquitetônica-urbanística, mudou bastante. Parte dos alunos se formou, mas desses há colaboradores arquitetos-urbanistas que continuam no projeto e que se colocam como assessores técnicos populares. Parte deixou o projeto de extensão quando completou as horas complementares. Alguns alunos contribuíram somente durante a disciplina ofertada. Mas a coordenadora do projeto, com os assessores técnicos populares mantém o compromisso do trabalho com o movimento e sempre novos alunos interessados. Dessa assessoria, resultaram TCCs, mestrados, relatórios de Iniciação Científica (IC), artigos para eventos e periódicos, dentre outros trabalhos.

5. Diversidade de tempos: encontros e desencontros

Diante dessa variedade das dimensões de tempo, e como elas se colocam para cada um dos agentes envolvidos no planejamento dos territórios populares em situação de conflito, percebemos encontros e desencontros que, por vezes, alteram/definem as metodologias e ferramentas utilizadas nas ações depreendidas.

As comunidades e os movimentos populares vivenciam um tempo marcado pelas urgências da reprodução da vida cotidiana, ao mesmo tempo em que seus territórios são continuamente atravessados pelos tempos da ação estatal, dos processos administrativos e dos interesses de diferentes agentes que disputam o espaço urbano. Enquanto o planejamento institucional tende a operar por meio de procedimentos formais, etapas sucessivas e prazos definidos, a vida cotidiana nos territórios exige respostas imediatas diante de ameaças concretas, como remoções, precariedade habitacional, riscos ambientais ou ausência de infraestrutura. As emergências passam a ser definidoras das ações e precisam de respostas rápidas, e por vezes são alteradas ao curso dos eventos. Caminhos e soluções que atenderiam às necessidades e anseios da população, quando em situações de conflito, passam a ser um

solucionador de problemas do agora. Planejar o futuro a longo prazo muitas vezes não é uma opção para as comunidades e movimentos populares ameaçados de remoção, ou que sofrem com as intempéries do clima, por exemplo.

A universidade, por outro lado, em especial com a curricularização da extensão e as disciplinas extensionistas, tem um tempo mais lento, que se relaciona com o tempo acadêmico, do professor, do aluno, do calendário universitário, que contém fins de semana, feriados e férias. Que encerra um cronograma de atividades quando se encerra o semestre letivo. Que precisa de um planejamento para acontecer, que independe de imprevistos. É difícil dar continuidade às atividades, quando finda um semestre letivo e recomeça outro, com novos alunos e o recomeço dos conteúdos teóricos. Os projetos de extensão passam a ser fundamentais para que a perenidade das atividades. Assim, por vezes, o que a universidade consegue é dar respostas possíveis para problemas complexos (Ferreira, 2024). As urgências e mudanças de prioridades do planejamento conflitual, por vezes não cabem no encaminhamento de uma disciplina acadêmica.

Além dessas questões universitárias apresentadas, há a falta de financiamento e/ou apoio institucional, para que as atividades sejam desenvolvidas. Isso impacta diretamente no tipo de ferramenta a ser utilizada: um plano popular, um estudo de viabilidade, estudos mais aprofundados, projetos completos etc. E o tempo dos editais muitas vezes não é o tempo das urgências das comunidades e movimentos. Os alunos não são remunerados e precisam de outras opções para isso; então, não conseguem ter o tempo de dedicação necessário para o desenvolvimento das atividades.

Mas, quando tudo isso se encaixa, e a universidade consegue encontrar o tempo das comunidades e movimentos, quando as propostas conseguem ser desenvolvidas e o planejamento abarca o futuro, as políticas públicas e respostas do Estado não chegam no tempo necessário. No caso do MLB, em Natal, até hoje se aguarda, sem resultado final, uma definição para as famílias incluídas no Programa Promorar, que nunca saiu das ideias. Na Ilha, não houve solução para as moradias em Área de Preservação Permanente.

Destaca-se, então, a dimensão do devir. Parte importante do trabalho extensionista tem sido colaborar com a mobilização, com o pensar em outros futuros possíveis, diferentes. Não somente resolver/solucionar problemas presentes, mas sonhar com um futuro melhor.

Considerações finais

Diante de tantos desencontros é possível coincidir os tempos, os ritmos e os eventos, em especial nessa reflexão, das atividades extensionistas, dos movimentos e comunidades e do planejamento em situação de conflito?

Embora em *Os Nuer* o autor analise uma sociedade pastoril africana, sua reflexão contribui para desmistificar a concepção de tempo predominante na sociedade capitalista. Na obra, o tempo não é organizado pela linearidade nem pela precisão matemática do relógio ocidental; sua mensuração está associada aos ritmos das atividades sociais e dos ciclos naturais, dispensando unidades abstratas e fragmentadas de tempo. Essa perspectiva auxilia a compreender as experiências aqui analisadas como espaços de ressignificação da experiência temporal: um tempo de “engorda” e de plantio simbólico, no qual a espera por políticas públicas é preenchida pela autogestão da vida cotidiana e pelos ritmos construídos coletivamente pelos grupos organizados, em contraste com o tempo burocrático do Estado. Analisar os ciclos, fluxos e cadências temporais associados ao espaço é fundamental para compreender como a complexidade das ações sociais é também produzida e condicionada pelo tempo, expresso em mandatos, gestões, calendários institucionais, normativas e mecanismos de controle. Nessa perspectiva, o tempo deve ser entendido como uma construção social e política, capaz tanto de reproduzir formas de dominação quanto de constituir uma estratégia de resistência e mobilização coletiva. Esse caráter ambivalente torna-se evidente nas experiências analisadas, nas quais as temporalidades das lutas sociais se confrontam com os ritmos mais lentos e burocráticos das instituições públicas. As demandas dos movimentos, muitas vezes atendidas parcialmente ou mantidas em suspensão por longos períodos, revelam como o tempo pode operar simultaneamente como instrumento de poder e como recurso de resistência, organização e reivindicação.

A dimensão da vida cotidiana não permite que os grupos assessorados desanimem, pois dependem disso para sua existência, para sua permanência nos locais onde construíram suas vidas. Entretanto, as emergências, os tempos dos ciclos políticos e os interesses privados os deixam em tensão e risco permanente, em alerta, e sob a necessidade de estar sempre resistindo ao presente e planejando o amanhã. Essa resistência é histórica, e abarca a dimensão das narrativas e da memória. A produção das linhas do tempo reforça

a representação e reflexão sobre a trajetória de luta dos sujeitos envolvidos, dos avanços e retrocessos. Os encontros e desencontros presentes. Valoriza os sentidos socialmente construídos, os marcos identificados, oferecendo reconhecimento e concretude das ações sociais. A luta não é só pela permanência no local, mas pela manutenção da memória de grupos que estão ameaçados de apagamento da história, das narrativas oficiais e hegemônicas. E ainda existem as pressões para acesso às políticas públicas. Em cada uma delas o tempo exerce um papel diferente, bem como se diferem também as atividades das assessorias técnicas.

A atividade extensionista da assessoria técnica para o planejamento conflitual é, então, um posicionamento político, tanto dentro, quanto fora da universidade. Dentro, porque disputamos espaços e recursos com projetos que entendem a extensão como qualquer atividade fora de seus muros, ou atividades assistencialistas. Fora, por se colocar do lado daqueles que resistem às forças do capital, da produção da cidade (e do campo) capitalistas, onde prevalecem interesses de grande grupos (com maior mobilidade) sobre interesses de pequenas comunidades.

Mantendo o pé no chão e a mente nas utopias, é possível planejar com consciência das condições reais, das limitações, sem uma postura ingênua, mas também sem perder as utopias, imaginando possibilidades para além do que já existe no hoje.

A forma como se interpreta o tempo tem grande influência nas respostas, nos métodos, nas cartografias, independentemente da situação experienciada. A aceitação do ritmo cronológico, que comprime espaço/tempo, ou dos múltiplos calendários, pode aniquilar as potencialidades da ação social. Desnaturalizar o tempo, acolher a partir de outra lógica, no tempo dos Nuer, um tempo que é prático, relacional e situado, pode ser um caminho indicativo para mudanças.

As experiências reforçam a importância da dimensão do devir, do sonhar e planejar futuros diferentes. Nestes estão as sementes da mobilização, da história, da memória, dos precedentes e da resistência das lutas diárias. Esperançar, não no sentido de esperar que o tempo resolva os problemas do presente, mas no sentido de contribuir para um tempo futuro, a partir das lutas contínuas, melhores caminhos e condições de vida.

Referências

ALMEIDA, M. A. *Ocupações urbanas, planejamento conflitual e territorialidade*. 2025. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/67b20dfc-0bdc-4e46-b4e9-f3a61b5568bd>

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Resolução no 7, de 18 de dezembro de 2018*. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei no 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192.

CLEMENTINO, M. L. M.; BRASIL, A. B.; SILVA, B. C. N.; MELO, C. M. O.; SILVA, D. A. L.; LEÔNIO, E. M. C. G.; SILVA, G. R.; QUEIROZ, J. V. R.; ARAÚJO, J. B.; MELO, K. S.; ALMEIDA, L. S. B.; BENTES SOBRINHA, M. D. P.; OLIVEIRA, O. F.; SILVEIRA, R. M. C.; SILVA, R. M.; CÂMARA, R. L. M.; FINATTI, R.; ATAÍDE, R. M. C.; SILVA, S. T. L.; ANDRADE, S. A.; MEDEIROS, S. R. F. Q.; CAVALCANTE, S. M. O. L.; PESSOA, Z. S. *O enfrentamento da Covid-19 nos territórios populares: monitoramento de violações de direitos humanos na Região Metropolitana de Natal*. Observatório das Metrópoles, Núcleo RM Natal, UFRN, Natal, RN, jul. 2020. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/07/Dossi%C3%AA-N%C3%BAcleo-Natal_An%C3%A1lise-Local_Julho-2020.pdf.

FARIA, R. POLLI, S. GUSSO, R. Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba: metodologia e categorias de análise. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 22, p. 1-25, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202035pt>.

ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. Tradução de Ana M. Goldberger Coelho. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FERREIRA, L. *Assessoria técnica para a moradia popular. Respostas possíveis para problemas complexos*. 2024. Tese (Doutorado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-17122024-133447/publico/TELaraIsaCostaFerreira_Rev.pdf.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HARVEY, D. *Espaços de esperança*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 6a ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAURIAN L.; INCH, A. On time and planning: opening futures by cultivating a "sense of now". *Journal of Planning Literature*, v. 34, n. 3, p. 267-285, dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/0885412218817775>.

LE MOS, C. F.; BEATRICE, C.; CARVALHO, M. L.; BEATRIZ, M. Z.; POLLI, S. A.; BEZERRA, S. M. C. *Moradia e meio ambiente: extensão universitária e compromisso social*. — Curitiba: Ed. UTFPR, 2015. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1595/7/moradiameioambiente.pdf>.

LEFEBVRE, H. *Elementos de ritmanálise: introdução ao conhecimento dos ritmos*. Tradução de Marcelo Roux. São Paulo: Consequência, 2021.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MINAYO, M. C. DE S. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MIRAFETAB, F. Insurgent planning: situating radical planning in the Global South. In: "*Planning Theory*", V. 8, p.32-50; SAGE Publications, 2009.

OLIVEIRA, F. et al. Planejamento popular em contexto de conflito: panorama da experiência brasileira In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, XXI, 2025, Curitiba. **Anais**. Curitiba: ed. Realiza, 2025. p. 1-22.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004a.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004b.

SCHWARZ, R. *As ideias fora do lugar*. Novos Estudos CEBRAP, n. 3, 1973.

TANAKA, G. *PLANEJAR PARA LUTAR E LUTAR PARA PLANEJAR: Possibilidades e Limites do Planejamento Alternativo*. 2017. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Tanaka-Giselle.-Planejar-para-lutar-e-Lutar-para-planejar..pdf>.

TANAKA, G., COLI, L. R., & COSTA, C. R. P. da S. (2023). Mobilizações Populares para o Direito à Cidade no Rio de Janeiro: mulheres em busca de caminhos (im)possíveis. *Arq. Urb*, (38), p. 98-110. DOI: <https://doi.org/10.37916/arq.urb.vi38.699>.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011.